

Suplicy apóia posição de negociadores do país na Alca

Comissão de Relações Exteriores, que o senador preside, será informada sobre andamento das negociações entre Brasil e Estados Unidos.

Página 5

Garibaldi quer debater investimento do governo

Ampliar o alcance dos investimentos públicos ao maior número de pessoas é um dos objetivos da discussão proposta pelo senador.

Página 2



REFORMA POLÍTICA

Campanhas podem ter financiamento público

Página 3



APOIO Requerimento de Magno Malta para instalar CPI já contava ontem com 33 assinaturas de senadores

Magno Malta diz que não desiste da CPI dos Bingos

Magno Malta afirmou que apresentará depois do carnaval o requerimento para instalar a comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o funcionamento dos bingos no país. O senador garantiu que, apesar das pressões, não irá retirar o seu pedido de CPI.

Páginas 4 e 5

Maciel defende reflexão sobre o uso da água

Marco Maciel elogia a Campanha da Fraternidade que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) inicia na Quarta-Feira de Cinzas, com o tema “Água, Fonte da Vida”. Ele disse que a questão do uso da água é um dos grandes problemas que vão marcar o século 21.

Página 8



Fotos: Roosevelt Pinheiro

OPORTUNIDADE Segundo Marco Maciel, campanha vai propiciar debate sobre um tema vital para a Humanidade

Eduardo propõe fundo para alunos carentes

Página 6



CAUTELA Crescimento deve servir para aumentar taxa de poupança, defende Garibaldi

Garibaldi: país deve ampliar alcance dos investimentos

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) propôs ontem um debate sobre a qualidade dos investimentos públicos no Brasil. Citando artigo publicado no *Jornal do Brasil* pelo economista e ex-ministro do Trabalho Edward Amadeo, Garibaldi chamou a atenção para o fato de que é preciso sair de falsos dilemas e ampliar o alcance dos investimentos ao maior número de pessoas e faixas etárias.

O governo, defende Amadeo, deveria destinar recursos para saneamento básico, em vez de reservá-los para o aumento do salário mínimo, que, segundo o economista, beneficia faixas etárias mais altas da população, ao passo que a expansão do saneamento atinge a todas as faixas, principalmente as crianças.

– Devemos aproveitar períodos de crescimento econômico para aumentar a taxa de poupança interna e não cairmos na tentação do consumo – disse Garibaldi. O discurso foi elogiado em apartes pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI) e Marco Maciel (PFL-PE).

Paim quer Congresso e governo em defesa da Varig

■ Ele anunciou que PT vai convidar ministro da Defesa e presidente do BNDES para discutir crise na aviação

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), comunicou ao Plenário que a bancada do PT vai convidar o ministro da Defesa, José Viegas, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, para uma audiência em que será debatida a crise da Varig e a disposição do governo de considerar a solução do problema como de interesse público.



PREVIDÊNCIA Paim diz ainda que Câmara instalou comissão para analisar PEC paralela

Na opinião de Paim, o Congresso e o governo têm a oportunidade de juntos apoiarem um encaminhamento real para

Fotos: Rosoverli Pinheiro

a recuperação do transporte aéreo e da Varig, maior empresa desse segmento. Na avaliação do senador, o governo vem avançando no processo de garantir maior estabilidade para o setor de aviação. Ele lembrou que o governo emitiu, ainda no ano passado, 18 resoluções envolvendo o setor, acrescentando que as empresas aéreas aprimoraram seus processos na busca de resultados.

O parlamentar anunciou também que a Câmara instalou na quarta-feira a comissão que vai analisar o mérito da PEC paralela da Previdência. Em aparte, Efraim Morais (PFL-PB) disse não acreditar na aprovação da matéria.



EXCLUSÃO Para Raupp, elevação de tarifas tem impedido acesso a serviços como luz e telefone

Aumento de impostos sufoca economia, alerta Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) protestou contra os aumentos crescentes de tarifas de serviços públicos como telefone e energia elétrica, restringindo o acesso aos mesmos por parte da população mais carente do país.

– A economia do país encontra-se asfixiada por impostos dos mais diversos tipos que, criados em situações de emergência, acabam se eternizando sob nossas custas – afirmou.

Os impostos do setor de telefonia, por exemplo, disse o senador, chegam a 40%, quando na maior parte dos países ficam entre 3% e 5%. Em relação às tarifas de energia, acrescentou, a carga tributária chegará a cerca de 50%, com o aumento da alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e das propostas da reforma tributária.

Rodovias

O senador por Rondônia protestou, ainda, contra a situação precária das rodovias federais em seu estado. Ele pediu que o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) fiscalizem melhor as atividades dos Batalhões de Engenharia de Construção (BECs), encarregados dos trabalhos de recuperação.

Segundo ele, no ano passado, as BRs-364, 425, 421 e 429 foram objeto de operações de recapeamento, mas, seis meses depois, as chuvas já varreram todo o asfalto e as rodovias voltaram ao mesmo estado calamitoso anterior aos trabalhos.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) criticou a escalada da cobrança de impostos. Ele afirmou que, em 1960, o brasileiro trabalhava um mês por ano para pagar o Imposto de Renda, e hoje trabalha quatro meses para isso.

Agenda

Plenário realiza sessão hoje, às 9h

O Senado realiza hoje, a partir das 9h, a última sessão antes do recesso de carnaval. De caráter não deliberativo, é destinada a pronunciamentos dos parlamentares. Os primeiros senadores inscritos para discursar na tribuna são João Batista Motta (PMDB-ES) – foto – e Marco Maciel (PFL-PE). O Plenário volta a se reunir no dia 1º de março.



Programa Visite o Senado retorna na quarta-feira

A partir de amanhã, ficam suspensas as visitas guiadas realizadas pelo programa Visite o Senado. O serviço será retomado na quarta-feira à tarde. O programa oferece à população assistência de guias especializados. Na visita, que começa no Salão Negro e dura em torno de 40 minutos, é possível conhecer vários locais da Casa, inclusive o Plenário.

Machado de Assis na TV Senado

O Espaço Cultural desta semana apresenta o espetáculo *Joaquim Maria*, obra inspirada no universo literário do escritor Machado de Assis. O programa será exibido pela TV Senado amanhã, às 21h30, e no domingo, às 14h30.

Tributo a Jacob do Bandolim

A Rádio Senado veicula amanhã, às 16h, o programa *Música do Brasil*, apresentado pelo ex-senador Artur da Távola. A edição homenageia Jacob do Bandolim, com músicas de sua autoria interpretadas por Altamiro Carrilho, entre outros.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Congresso estuda financiamento público de campanha eleitoral

Waldemir Rodrigues

O Congresso Nacional estuda a criação de comissão mista destinada a debater a instituição, no Brasil, do sistema de financiamento público das campanhas eleitorais. O tema voltou a despertar a atenção das lideranças partidárias depois da divulgação das denúncias envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, que teria aceito dinheiro de jogos clandestinos para utilização em campanhas políticas.

Na reabertura dos trabalhos legislativos, segunda-feira passada, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, defenderam mudanças na legislação político-partidária brasileira para reduzir a possibilidade de ocorrerem desvios como esse.

– A democracia moderna não pode ser forte sem partidos fortes, organizados, com doutrina e programa. Onde não existem partidos cumprindo essas finalidades, intermediando a vontade popular, ela é um frágil equilíbrio – afirmou José Sarney.

Proposta já aprovada pelo Senado, remetida à Câmara em maio de 2001, determina que o Orçamento Geral da União (OGU) deve prever, em anos eleitorais, recursos para patrocinar as campanhas. Para cada eleitor cadastrado até 31 de dezembro do ano anterior ao pleito, a lei orçamentária terá de reservar R\$ 7 com essa finalidade. Em dezembro passado, uma comissão especial da Câmara aprovou proposta praticamente idêntica, que difere da dos senadores apenas na distribuição do dinheiro.

O deputado João Paulo Cunha defendeu a aprovação ainda este ano da reforma política e disse que deverá reunir as lideranças partidárias depois do carnaval para tratar do assunto.

– Insistiremos nos debates da reforma política. Neste momento, vale a pena revolucionar nosso sistema eleitoral e partidário, inserindo na nossa legislação o financiamento público das campanhas eleitorais, o sistema de votação em listas, a fidelidade partidária, o fim das coligações proporcionais e a criação da federação de partidos – avaliou o presidente da Câmara, em seu discurso na reabertura dos trabalhos legislativos.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-

SP), propõe a adoção este ano, pelo Congresso, de uma agenda positiva incluindo a discussão do financiamento das campanhas. “Vamos aprovar o financiamento público de campanha, e quem pedir dinheiro ou der dinheiro vai preso”, declarou o senador à imprensa.

Mobilização

As discussões do financiamento público das campanhas eleitorais percorrem caminhos quase paralelos nas duas Casas do Congresso. O tema vem sendo tratado em proposições apresentadas há quase dez anos. Comissão especial temporária criada em 1995 pelo Senado, para estudar a reforma político-partidária, acolheu em 1998 projeto do então senador Sérgio Machado que incorporou ao texto sugestões apresentadas por Pedro Simon (PMDB-RS), Edison Lobão (PFL-MA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O projeto (PLS 1.219/99) ainda tramita no Senado e pode ser objeto de análise de uma comissão mista articulada pelas lideranças partidárias.

A proposição que se encontra com tramitação mais avançada é o PLS 353/99, também de Sérgio Machado, resultante do trabalho realizado pela comissão especial. A proposta foi aprovada pelo Senado em abril de 2001 e, no mês seguinte, chegou à Câmara dos Deputados, onde se transformou no PL 4.593/01. Desde então, o projeto praticamente não andou naquela Casa. Já teve dois relatores na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) – o atual, Bispo Rodrigues (PL-RJ), foi designado em outubro passado.

Na Câmara dos Deputados, quatro proposições de 1999 – dos deputados João Paulo Cunha, Aloysio Nunes Ferreira e Clementino Coelho e da então deputada Rita Camata – e uma quinta, do ano 2000, do deputado Haroldo Lima, foram compiladas no Projeto de Lei 2.679/03, que a Comissão Especial de Reforma Política aprovou em dezembro do ano passado. Conforme a proposta, do total de recursos reservado pela União, 85% serão repassados aos partidos ou federações, de acordo com o número de parlamentares eleitos no último pleito; 14% divididos igualmente entre todos os partidos com representação na Câmara; e o 1% restante entre todos os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O que dizem as propostas das duas Casas do Legislativo

SENADO

Os recursos seriam distribuídos, na sua totalidade, aos diretórios nacionais dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados, na proporção de suas bancadas.

Nas eleições estaduais e federais, os diretórios nacionais dos partidos reservarão 30% dos recursos para a sua administração direta e distribuirão os 70% restantes aos diretórios regionais, sendo:

- metade na proporção do número de eleitores de cada estado, do Distrito Federal e de cada território; e
- metade na proporção das bancadas estaduais, do Distrito Federal e dos territórios que o partido elegeu para a Câmara dos Deputados.

CÂMARA

Os recursos seriam assim distribuídos:

- 1% dividido entre os partidos com registro no TSE;
- 14% divididos igualmente entre os partidos e federações com representação na Câmara;
- 85% entre partidos e federações proporcionalmente aos deputados federais que elegerem no último pleito

Critérios de aplicação:

- nas eleições gerais, quando o partido ou federação tiver candidato a presidente da República, os diretórios nacionais reservarão 30% para sua administração direta; e
- se o partido ou federação não tiver candidato próprio a presidente da República, os diretórios nacionais reservarão 20% dos recursos para sua administração direta.

DENÚNCIAS

Pedido do senador pelo Espírito Santo tem 33 assinaturas. Governistas garantem que texto é muito genérico e poderá ser rejeitado. José Jorge pede o afastamento de José Dirceu. E Alvaro Dias defende CPI somente para Waldomiro Diniz



DESEJO José Jorge acredita que o povo não quer que crise atinja o presidente Lula

José Jorge defende saída de José Dirceu do governo

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu ontem a saída do governo do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Segundo o senador, há um desejo da população de que a crise não atinja o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– O ministro José Dirceu meteu-se num atoleiro e está atrapalhando o governo – afirmou.

Para o senador, o país vive um momento muito grave, com a economia paralisada, aumento da carga tributária e uma crise ética provocada pelo caso Waldomiro, que assessorava o ministro José Dirceu.

Presenças

José Jorge lamentou que os líderes da base do governo não estivessem presentes à sessão do Senado em plena quinta-feira, e elogiou os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) por serem os únicos presentes.

– Alguns devem estar trabalhando nos ministérios, mas muitos já devem estar brincando o carnaval – comentou.

José Jorge também protestou contra a decisão do Conselho de Política Monetária (Copom), que manteve em 16,5% a taxa de juros Selic. Ele lembrou que no ano passado o desemprego aumentou e os bancos obtiveram o maior lucro de toda a história, independentemente de serem privados ou estatais, bem administrados ou mal administrados.

O senador assinalou ainda que, na campanha eleitoral, o PT e o presidente Lula prometiam lutar contra o ganho exagerado dos bancos e que o Fundo Monetário Internacional “não ia mandar mais no Brasil”.

Malta quer apresentar requerimento da CPI dos Bingos após o carnaval

O requerimento para instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o funcionamento dos bingos no país só será apresentado por Magno Malta (PL-ES) depois do carnaval. O senador garantiu, em entrevista coletiva à imprensa, que, apesar de toda a pressão que vem sofrendo, não irá retirar o pedido, que já conta com 33 assinaturas, a última do senador petista Cristovam Buarque (DF).

A discussão maior é se o requerimento de Magno Malta preenche o requisito regimental da apresentação de fato determinado para investigar. Os líderes do governo no Senado apostam que o requerimento será rejeitado pelo presidente José Sarney por ser muito genérico – propõe uma investigação das casas de bingo como alternativa para a lavagem de dinheiro no país e sua relação com o crime organizado. Para os líderes, o requerimento teria de ser mais preciso, solicitando, por exemplo, a investigação do funcionamento dos bingos com base nas liminares expedi-



DISPOSIÇÃO Malta garante que vai pedir a comissão, apesar de toda a pressão que diz sofrer

das pela Justiça, já que os dispositivos legais que regulavam a atividade (Lei 9.615/98) foram revogados.

Mas os opositores acreditam que essa falha, se existir, pode ser contornada com uma redação mais apropriada. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), acha que Magno

Malta deve rever o seu texto para evitar que ele seja recusado por não atender às exigências regimentais. Na avaliação de Virgílio, os senadores que já assinaram o requerimento estariam “moralmente” comprometidos e manteriam o apoio ao novo documento.

Já o líder da oposição, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse à Agência Senado que essa discussão sobre o requerimento de Magno Malta é manobra protelatória do governo, porque a CPI dos Bingos é o primeiro passo para se avançar nas investigações sobre o ex-subchefe de Assessoria Parlamentar da Presidência da República Waldomiro Diniz.

– A oposição não vai parar com a CPI do Waldomiro. O governo não vai conseguir impedir que ele seja convocado a depor – afirmou, acrescentando que só faltam de três a quatro assinaturas para que o requerimento apresentado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) alcance o número exigido no regimento da Casa para instalação de CPIs.



INFORMAÇÃO Alvaro Dias afirma que transparência só será possível com uma CPI

Alvaro: CPI para Waldomiro é “necessidade imperiosa”

A instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso Waldomiro Diniz, ex-assessor parlamentar do Planalto, é “uma necessidade imperiosa”, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). Na avaliação do senador, “não adianta o governo insistir na estratégia de banalização do instrumento da CPI, propondo várias delas, pois a única que dispõe de fato determinado para investigar, como exige a legislação, é a de Waldomiro”.

– O escândalo está chegando aos calcanhares de Lula e isso é o suficiente para derrubá-lo, se não houver seriedade e transparência nas investigações, somente possível numa CPI. Não entendo o PT: sempre adorou CPIs, agora foge delas como o diabo da cruz. Tenho certeza de que o eleitor não vai esquecer, nem perdoar essa fuga covarde – disse o senador.

Alvaro Dias ressaltou que um governo sério, diante de suspeição grave sobre qualquer de seus integrantes, deve optar pelo caminho do afastamento dos implicados até o final das investigações. “Se forem inocentes, voltarão com plenos direitos”, afirmou.

O senador explicou que as suspeitas não somente maculam a imagem do governo, como trazem impactos negativos na economia. Ele frisou que “não se pode admitir conivência nem complacência com indícios de corrupção”.

– Será que o PT conseguirá escapar do caso Waldomiro e de uma CPI sobre o assunto? Não acredito – observou o senador pelo Paraná.

▼ No Senado, apenas uma CPI está funcionando

Duas comissões parlamentares mistas de inquérito – que contam com parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – estão em funcionamento no Congresso. A CPI Mista do Banestado foi criada para investigar a evasão ilegal de divisas, revelada pela Operação Macuco, da Polícia Federal. Cerca de US\$ 30 bilhões teriam sido desviados para o exterior entre 1996 e 1999. O presidente da comissão é o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e o relator é o deputado federal José Mentor (PT-SP).

A outra comissão mista é a dos Desmanches, proposta pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que é também o seu presidente. Essa CPI apura irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche em relação a carros roubados e dados como perdidos, conforme denún-

cia do programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão.

Há apenas uma comissão parlamentar de inquérito exclusivamente em funcionamento no Senado Federal. É a CPI dos Transgênicos, que apura as responsabilidades pelo contrabando de sementes transgênicas de soja e seu plantio ilegal em todo o país. O senador João Capiberibe (PSB-AP), que propôs a instalação dessa comissão, é o seu presidente.

Outros dois requerimentos de instalação de CPIs no Senado obtiveram o número mínimo de 27 assinaturas e foram lidos pela Mesa. Com isso, já podem ser instaladas: a CPI da Parmalat, para investigar as fraudes cometidas pela empresa de laticínios; e a CPI da Demarcação de Terras Indígenas, formulada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que propõe a investigação dos procedimentos para a demarcação de reservas para os índios.

O requerimento de criação da CPI dos Bingos, proposta pelo senador Magno Malta (PL-ES) para apurar as ligações de casas de bingo com o crime organizado e a lavagem de dinheiro, já tem 33 assinaturas, mas ainda não foi lido pela Mesa.

O senador Antero Paes de Barros segue recolhendo assinaturas para a criação da CPI para investigar as ações de Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assessoria Parlamentar da Presidência da República. De acordo com denúncias da imprensa, Waldomiro negociou doações ilegais de campanha com o dono de casas lotéricas e de bingos Carlinhos Cachoeira, ao tempo em que era presidente da Loterj. Antero recolhe também assinaturas para uma comissão parlamentar de inquérito mais ampla, que abranja doações suspeitas para campanhas eleitorais com data indeterminada.

DENÚNCIAS

Líder do PSDB afirma que investigação não prejudicará trabalhos da Casa; Efraim comenta declarações de petistas

Lula precisa dar resposta à sociedade, diz Virgílio

Tudo o que a oposição quer é a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o caso Waldomiro. A afirmação foi feita pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ao lembrar que os parlamentares opositores foram ameaçados pelo PT com a criação de outra CPI mais ampla, que investigasse também os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

– Se quiserem investigar a dona Ruth, o cartão do SUS (Sistema Único de Saúde) do Serra, a privatização do sistema Telebrás, podem investigar. Não podemos aceitar essa linguagem da Máfia, do “eu vi e não falo nada” – afirmou o senador.

Virgílio afirmou que o presidente da República precisa dar uma resposta à sociedade e de-



DECISÃO Arthur Virgílio afirma que o presidente da República deveria apoiar CPI

veria estar apoiando a instalação da CPI para o caso Waldomiro, até pela defesa que fez no passado de outras CPIs. O senador leu trechos de artigos escritos pelo presidente Lula, pelo ministro José Dirceu e pelo presidente do PT José Genoino, em defesa de CPIs durante o governo FHC. Nesses artigos, eles acusavam o

governo de então de promover articulações para abafar as iniciativas do Legislativo no sentido de investigar denúncias de corrupção. “Se estão tentando abafar é porque têm algo a esconder”, disse.

– Eduardo Jorge teve seu nome jogado na lama e nada foi provado contra ele. Se fosse na época do governo FHC, o PT estaria promovendo marchas sobre o Congresso, não estaria preocupado com a bolsa de valores, risco Brasil e governabilidade – observou.

O líder do PSDB também discordou do argumento dos líderes governistas de que uma CPI paralisaria o Congresso.

– Podemos muito bem investigar e continuar trabalhando e votando as matérias de interesse do país. CPI tem horário para funcionar.

Efraim lembra frases de petistas no governo FHC

Ao anunciar que propôs voto de louvor pelos 83 anos da *Folha de S. Paulo*, o senador Efraim Morais (PFL-PB) homenageou o jornal lendo manchetes, artigos e frases publicados na edição de ontem, dia do aniversário. A maioria das matérias citadas pelo senador trata dos desdobramentos das denúncias contra o ex-assessor Waldomiro Diniz.

Artigo da jornalista Eliane Cantanhêde, intitulado “O afastamento de Dirceu”, foi lido pelo senador, que destacou dois trechos. Num deles, ela diz que o objetivo atual do PT é criar um “cinturão de isolamento” para proteger o chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu. E alerta que, no futuro, o PT poderá ser obrigado a estender este “cinturão” para isolar o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em outro ponto, a jornalista informa que em julho de 2000, quando a oposição tentou criar uma CPI para investigar Eduardo Jorge, que integrava a governo Fernando Henrique, o então deputado José Dirceu escreveu para a *Folha de S. Pau-*

lo: “Melhor é fazer a CPI, caso contrário, fica patente para todo o país: o presidente da República não quer a CPI porque esconde a verdade e teme a Justiça, ou seja, esconde e teme sua própria culpa”.

Efraim Morais também mencionou comparação feita pela *Folha de S. Paulo* sobre frases de personalidades do PT, pronunciadas quando o partido estava na oposição. Lula teria afirmado: “Eu diria que o presidente está tomando uma posição de covarde. Quem não deve não teme”, ao defender a instalação daquela comissão.

Segundo o jornal, o então deputado José Genoino disse, referindo-se ao pedido de instalação de uma CPI sobre a aprovação da emenda que permitiu a reeleição de Fernando Henrique: “Se o governo barrar a CPI, ficará marcado pelo medo de uma investigação mais profunda. Esse governo que tem medo de CPI vai à reeleição, e essa marca ficará carimbada”.

Efraim também citou a seguinte declaração de José Dirceu na *Folha*, ao defender CPI: “Aos poucos, o país, escanda-



TRIBUTO Efraim homenageou a *Folha* citando manchetes e artigos da edição de ontem

lizado, foi descobrindo que o presidente tinha ao seu lado, durante 20 anos, um auxiliar acusado de tráfico de influência, prática de advocacia administrativa, *lobby*, favorecimento pessoal e familiar em diversos episódios, além do caso do Tribunal Regional do Trabalho”.

O senador leu ainda algumas frases ditas por petistas, nos últimos dias, e publicadas pelo jornal. De Genoino: “Vou defender na reunião que a bancada, mais do que não assinar, combata uma CPI que é uma tentativa política de atingir o governo”. Do senador Aloizio Mercadante (PT-SP): “Faço um apelo. Pedimos um voto de confiança para a Polícia Federal investigar o caso, para o Ministério Público fiscalizar”.



DEFESA Suplicy comenta posição a ser adotada pelo país no encontro de Puebla

Suplicy: país vai priorizar a integração do Mercosul

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o Brasil vai priorizar a discussão da autonomia industrial do país e a integração do Mercosul à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) na Conferência de Puebla (México), a realizar-se no mês de março.

Ele destacou declarações dos embaixadores Luís Felipe Macedo Soares, subsecretário

para Assuntos da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, e Adhemar Bahadian, co-presidente do Processo Negociador da Alca, sobre a posição do Brasil, durante palestras na última quarta-feira, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), da qual é presidente.

Suplicy justificou a audiência com os embaixadores ressaltando que, após a reunião de Puebla em janeiro do ano passado, o Senado deveria ser melhor informado da atual posição do Brasil quanto a restrições impostas pelos Estados Unidos ao setor agrícola. O senador por São Paulo adiantou que os embaixadores informarão às Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara sobre o andamento das negociações entre Brasil e Estados Unidos.

– Discutiremos principalmente o encontro de opiniões sobre as disparidades existentes entre os dois hemisférios – enfatizou, acrescentando ser essa uma das condições básicas para a integração entre o Mercosul e o bloco econômico norte-americano.

Tuma: visita de Lahoude sela amizade com o Brasil

A visita do presidente da República do Líbano, general Emile Lahoude, ao Brasil, na opinião do senador Romeu Tuma (PFL-SP), “sela uma amizade duradoura, em que libaneses e brasileiros, irmanados nos princípios da reciprocidade nas relações comerciais, políticas, sociais e culturais, buscam o desenvolvimento das duas nações”.

Segundo Tuma, a viagem do presidente libanês também consolida os laços de amizade entre os dois povos, reforçando a saga centenária dos primeiros imigrantes libaneses que chegaram ao Brasil, entre os quais os ascendentes do senador.

Tuma acrescentou que a vinda de Lahoude é uma retribuição



CONSTATAÇÃO Romeu Tuma destaca relacionamento entre o Líbano e o Brasil

ção à visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Líbano, a primeira desde que o imperador dom Pedro II esteve naquele país.

O senador pediu a inserção, nos Anais do Senado, dos discursos pronunciados no Itamaraty por Lahoude e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele disse que pôde constatar, na solenidade, “o elevado grau de relacionamento e deferência com que o presidente Lahoude demonstrou para com o Brasil e o seu governo”.

EMISSORAS DE RÁDIO

Os programas jornalísticos e culturais da Rádio Senado estão disponíveis para retransmissão. Basta acessar www.senado.gov.br/radio e preencher o cadastro.

Outras Informações
Fone: (61) 311-1337 ou 0800-612211



Heráclito: demissão do presidente da Codevasf é desrespeito ao Piauí

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) classificou como um desrespeito ao Piauí a demissão de Francisco Guedes do cargo de presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), vinculado ao Ministério da Integração Nacional. Ele registrou que Guedes foi o único nome que o governador do es-

tado, Wellington Dias, conseguiu indicar para ocupar cargo importante na estrutura do governo federal.

– Não é possível que o governador Wellington Dias se submeta a esse tipo de vexame e envergonhe o estado com sua falta de autoridade e falta de altivez. É inadmissível que se demita um piauiense sem apresentar nenhuma justificativa.

Onde está o companheirismo e o respeito do presidente Lula com o único governador do Nordeste eleito pelo seu partido, o PT? – indagou Heráclito Fortes.

Na avaliação do senador, o ex-presidente não tinha ingerência nenhuma sobre os poucos recursos que a Codevasf repassava, por isso sua demissão não pode ter sido por cor-

rupção. A competência de Guedes, completou, também não pôde ser testada, já que ele “assumiu o cargo manietado, sem poder colocar em prática seus conhecimentos”.

Heráclito lamentou que o Piauí venha sendo constantemente desmoralizado pelo governo federal sem que o governador esboce qualquer reação.



Roosevelt Pinheiro

Eduardo defende criação de fundo para aluno carente

■ Recursos provenientes do lucro dos bancos financiarão cursos em universidades privadas, propõe o senador

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a criação de um fundo extraordinário para o acesso de estudantes pobres ao ensino superior privado. Segundo justificou, as universidades públicas têm 90% de suas vagas ocupadas por estudantes de classe média ou acima dessa condição social, enquanto as universidades privadas são as únicas alternativas para aqueles que trabalham e precisam pagar por seus próprios estudos.

O fundo teria como fonte de recursos um percentual extra-



Geraldo Mangel

INCOERÊNCIA Para Eduardo, as universidades públicas são ocupadas pela classe média

do do lucro dos bancos, cerca de R\$ 13 bilhões ao ano, com a taxação de uma alíquota por volta de 1% desse lucro, ou um número a ser definido a partir de entendimentos com a Fede-

ração Brasileira de Bancos (Febraban). O senador informou que vai apresentar projeto nesse sentido, sugerindo ainda uma taxação sobre o consumo de bebidas, cigarros e viagens ao exterior para também compor o fundo.

Lembrando que o lucro dos bancos tem atingido os maiores índices dos últimos 24 anos, Eduardo Siqueira Campos observou que parte desses recursos poderiam ser destinados a facilitar o acesso ao ensino público superior. Ele argumentou que as universidades públicas hoje enfrentam problemas estruturais com a falta de investimentos do governo. Segundo suas informações, apenas 1 milhão dos 3,5 milhões de estudantes universitários do país estão nas instituições públicas de ensino superior.

Sérgio Guerra critica proposta de controle da imprensa

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) solicitou a transcrição nos Anais do Senado de artigo da jornalista Dora Kramer, intitulado “A pedagogia do vale-tudo”, publicado no *Jornal do Brasil*, no qual ela contesta declarações favoráveis ao controle externo da imprensa e do Ministério Público, atribuídas ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, pelo presidente do PT, José Genoino, e pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).

– O texto mostra a contradição daqueles que, muito embora hoje façam parte do governo, no passado entregaram seus anos de juventude à causa da restauração democrática – afirmou Sérgio Guerra.

No artigo citado pelo senador, Dora Kramer afirma que a imprensa e o Ministério Público já funcionam sob controle da sociedade. Podem até não funcionar bem, admite ela, mas, ao contrário do Judiciário, já estariam permanentemente expostos ao julgamento público.

“Quando, anos atrás, boa parte do Ministério Público e de jornalistas juntaram-se para produzir uma inesgotável usina de escândalos, foi o PT quem sustentou politicamente o que hoje chama de ‘exageros’”, diz Dora Kramer no artigo citado por Sérgio Guerra.



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICA Sérgio Guerra vê contradição na posição dos integrantes do governo



VALOR Valmir Amaral destaca papel de Nascimento Brito na modernização da imprensa

Valmir Amaral homenageia ex-presidente do *Jornal do Brasil*

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) homenageou a memória do jornalista Manoel Francisco do Nascimento Brito, ex-presidente do *Jornal do Brasil*, falecido há um ano, afirmando que ele foi um dos principais modernizadores da imprensa escrita brasileira.

O senador observou que Nascimento Brito, ao longo dos 50 anos em que exerceu a presidência do *JB*, sempre lutou pela liberdade de opinião, enfrentando, conforme informou, conflitos com os órgãos de censura durante o regime militar.

– Ninguém esquece como o *Jornal do Brasil* noticiou o clima político que o país vivia no dia seguinte ao da promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5), sob o disfarce de boletim meteorológico – lembrou Valmir Amaral.

Em seu pronunciamento, o senador comemorou o Dia Nacional do Gráfico, ocorrido no dia 7 de fevereiro, observando que a categoria sempre desempenhou papel relevante na construção da democracia e do progresso brasileiros.

Valmir Amaral destacou o trabalho realizado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) – a Gráfica do Senado –, “hoje totalmente informatizada e que atende com eficiência ao Congresso Nacional”.

Azeredo destaca a ampliação do ensino fundamental em Minas

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou a decisão do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, de aumentar de oito para nove anos a duração do ensino fundamental no estado. Ele destacou que, a partir deste ano, cerca de cem mil crianças de seis anos de idade já poderão ingressar na rede escolar pública mineira.

– Com essa medida, o governador reafirma o compromisso com a qualidade do ensino no estado – disse Azeredo, ao concordar com afirmação de Aécio Neves segundo a qual “não há investimento mais importante do que aquele que se faz em capital humano”.

Em seu pronunciamento, o senador solicitou a transcrição nos Anais do Senado de artigo do governador de Minas, inti-



J. Freitas

MÉRITO Governador reafirma compromisso com qualidade da educação, elogia Azeredo

tulado “A revolução educacional mineira”, publicado em dez de fevereiro no jornal *O Estado de S. Paulo*.

No artigo, Aécio Neves observa que o sucesso inicial de um aluno pode definir seu futuro como pessoa e cidadão. “Quanto mais precoce ocorre seu in-

gresso na escola, melhor para seu aproveitamento escolar e para seu desempenho educacional pelos anos seguintes”, afirma o governador.

Eduardo Azeredo comentou também artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado na *Folha de S. Paulo*, sobre a importância das pesquisas desenvolvidas pela Universidade de São Paulo (USP) na área de ciências humanas. Na opinião do senador, o texto “destaca a contribuição da USP para a renovação científica e cultural do país”.

Por fim, Eduardo Azeredo solicitou a inclusão nos Anais do Senado de artigo do professor Denis Lerrer Rosenfield, publicado pela *Folha de S. Paulo*, sobre a reforma ministerial promovida pelo presidente Lula.



RISCO Cataguazes-Leopoldina tenta conter ação estrangeira, observa Maria do Carmo

Maria do Carmo quer manter empresas sob controle do país

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) manifestou sua preocupação com “o processo de desnacionalização que vem ocorrendo em diversas empresas brasileiras”. A motivação do pronunciamento de Maria do Carmo foi a notícia de que o grupo Cataguazes-Leopoldina, formado por diversas empresas de distribuição de energia elétrica no Nordeste e no Sudeste, tem travado intensas batalhas jurídicas para conter a ação de grupos americanos liderados pelas empresas Alliant Energy e FondElec Group, que querem assumir o controle acionário do sistema brasileiro.

Segundo a senadora, o Cataguazes-Leopoldina possui mais de 3.500 funcionários e distribui energia a mais de 1,8 milhão de consumidores. Muitas de suas empresas receberam prêmios da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica pela qualidade e desempenho dos serviços.

Maria do Carmo diz que manobra jurídica, conforme informação do presidente do conselho do Cataguazes-Leopoldina, Ivan Botelho, pretende impedir o pagamento de dividendos de 2003, aprovado em assembleia.

Mão Santa: Palocci ajuda o capital, não o trabalho

Senador chama atenção para “crescimento espetacular” do lucro dos bancos

Em discurso pronunciado ontem no Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou duramente o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que estaria privilegiando o capital, por meio do pagamento de juros, em detrimento do trabalho. Mão Santa chamou a atenção para o “crescimento espetacular” dos lucros dos bancos em contraposição ao aumento do desemprego.

O senador mostrou-se espantando com o total das despesas com juros realizadas pelo



ESPANTO Mão Santa estranha que governo tenha pago no ano passado R\$ 145 bilhões de juros

governo – R\$ 145 bilhões –, e disse que o valor é equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) de 13 estados, entre os quais o Piauí. A política de juros altos

seria uma forma de “subserviência” ao Fundo Monetário Internacional (FMI), coisa que Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek teriam rejeitado.

– Posso criticar porque tenho mais experiência do que Palocci. Afinal, fui duas vezes governador. A meta do governo deve ser o emprego e o trabalho – afirmou Mão Santa, acrescentando que, quando há emprego, automaticamente há melhorias para a saúde, a educação e outros setores da área social.

Para o senador pelo Piauí, que é médico como o ministro Palocci, é preciso respeitar o ditado popular que aconselha “cada macaco [a ficar] no seu galho”. Na opinião de Mão Santa, médicos não costumam entender de números.

Luiz Otávio defende fortalecimento das micro e pequenas empresas

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) voltou a defender o fortalecimento das micro e pequenas empresas brasileiras, a começar pela adoção de um sistema tributário mais justo, acesso a novos mercados, como o das compras públicas de governos, e crédito fácil. Para ele, também é necessário criar mecanismos para que esses segmentos empresariais ampliem as suas participações nas exportações.

Luiz Otávio observou que o primeiro passo para que isso possa ocorrer já foi dado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que está concluindo o esboço de uma norma jurídica denomi-



PROPOSTA Luiz Otávio anuncia que Sebrae prepara norma para estimular pequenos negócios

nada Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, e que deverá ser apresentada em breve, em forma de projeto de lei, para discussão no Congresso.

– Com o incentivo garantido e um planejamento eficiente,

as micro e pequenas empresas poderão crescer e prosperar, gerando novos focos de desenvolvimento em todas as regiões do país – previu Luiz Otávio, que enalteceu a “experiência positiva” adotada pelo Pará. A iniciativa concede incentivos fiscais para retirar da informalidade milhares de pessoas, como camelôs e artesãos.

Luiz Otávio também pediu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a imediata edição da medida provisória que reestrutura a carreira de Auditoria da Receita Federal. Segundo ele, há uma grande diferença salarial entre os servidores que exercem cargos técnicos e os auditores fiscais.



SEM CRESCIMENTO Para João Tenório, concentração de renda está aumentando no país

João Tenório diz que política econômica gera informalidade

O senador João Tenório (PSDB-AL) afirmou que o fracasso na condução da economia do país estimula o aquecimento do trabalho informal (sem carteira assinada) ou, no máximo, a criação de postos de péssima qualidade.

– Falou-se em espetáculo do crescimento, mas o que se viu foi aumento da concentração de renda e a terceirização dos serviços – acrescentou.

João Tenório pediu a inserção, nos Anais do Senado, de matéria publicada no dia 24 de janeiro último, no jornal *Correio Braziliense*, sob o título “País sem emprego”. O texto contém dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, conforme o senador, apontaram a estagnação da economia no primeiro ano do governo Lula, refletida no poder aquisitivo e na alta do desemprego.

Segundo João Tenório, a matéria alerta para o fato de que a comemoração da queda na taxa de desemprego em dezembro passado – que ficou em 10,9%, maior, inclusive, que a de dezembro de 2002, de 10,5% – deve-se à contratação de trabalhadores temporários.

Valadares pede rigorosa apuração da fraude na Parmalat

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que a empresa que comprar a Parmalat aproveite a crise no setor para reorientar a produção leiteira brasileira em função dos interesses nacionais e regionais dos consumidores e produtores. Na opinião do senador, escândalos como o da empresa italiana, a maior daquele país e que faliu em meio a diversas denúncias de desvios de verbas, demons-

tram que o abastecimento alimentar não pode ficar nas mãos do capital internacional desregulamentado.

O senador destacou que o Brasil está fazendo sua parte ao apurar o escândalo, inclusive com a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar o caso, mas que a fraude de mais de US\$ 15 bilhões é “a cara do novo capitalismo parasitá-

rio”. Valadares afirmou que continuará na luta em favor do controle do capital financeiro e dos paraísos fiscais, combatendo a lavagem de dinheiro, a fraude e “um tipo de falência que preserva os grandes bancos, mas confisca clientes, consumidores, poupadores, trabalhadores e aposentados”.

Valadares disse ainda que a quebra da Parmalat lembra a situação vivida pela Enron, em-

presa norte-americana de energia e gás, cuja falência levou a perdas de mais de US\$ 50 bilhões. Ambas as empresas, opinou o senador, são produtos típicos da globalização do capital improdutivo.

– São conglomerados que funcionam na base da drenagem de recursos da economia real, da captação de recursos dos fundos de pensão, dos pequenos poupadores e do Estado.



COMPROMISSO Valadares afirma que continuará luta pelo controle do capital financeiro



Moreira Matiz

Capiberibe sugere patente para seres vivos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a definição de um regime, em âmbito internacional, de patentes de seres vivos no caso de aplicações biotecnológicas.

O tema está sendo tratado na 7ª Conferência Mundial sobre Biodiversidade Biológica, da Organização das Nações Unidas (ONU), que está sendo realizada esta semana em Kuala Lumpur, capital da Malásia.

A idéia desse sistema, explicou

o senador, é possibilitar que países de onde se originaram plantas ou animais utilizados na fabricação de medicamentos ou produtos possam receber parte das receitas, do lucro ou do faturamento decorrentes da comercialização dessas mercadorias.

Indicadores publicados pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), informou o senador, mostram que, de um total de 1,5 milhão de espécies identificadas, 24% são mamíferos

e 12% são pássaros, que correm um alto risco de extinção.

Capiberibe lembrou que a Convenção sobre a Biodiversidade, ratificada por mais de 150 países, "com a exceção marcante dos Estados Unidos", não alcançou os seus objetivos.

Para o senador, é necessário avaliar qual é a importância da oposição americana nesse fracasso.

– Seguramente, a responsabilidade dos Estados Unidos não é pequena – afirmou.



MODERNIZAÇÃO Para Jucá, investimento no setor pesqueiro incentiva cooperativismo

BIODIVERSIDADE Capiberibe diz que países poderiam receber lucros do sistema

Maciel defende participação popular na distribuição da água

Senador elogia o tema "Água, Fonte da Vida", proposto pela Campanha da Fraternidade deste ano

Fotos: Roosevelt Pinheiro



PRIVILÉGIO Segundo Maciel, 10% do território brasileiro é constituído por água doce

A Campanha da Fraternidade que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) inicia na Quarta-Feira de Cinzas, com o tema "Água, Fonte da Vida", foi elogiada ontem pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), que considerou a iniciativa de valioso significado para a população. Ele disse que um dos grandes problemas que vai marcar o século 21 será a questão da água.

– Por isso mesmo considero importante a escolha do tema. O secretário-geral da CNBB, dom Odilo Pedro Scherer, diz que o objetivo é chamar a aten-

tionar o conceito mercantil da água e mostrar que, mais que um recurso, ela é um patrimônio e um bem necessário a toda a Humanidade e a todos os seres vivos. Ele assinalou que a CNBB destaca "um vasto conjunto de valores da água que dizem respeito às mais diversas dimensões da vida, como o econômico, o sagrado, o simbólico e o lúdico".

O senador observou ainda que, para a instituição católica, a questão da água no Brasil e no mundo inteiro precisa ser vista a partir de enfoques novos e de acordo com critérios baseados no valor da vida e no respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana.

De acordo com Maciel, com o início da Campanha da Fraternidade, a Igreja Católica vai propiciar uma ampla reflexão, para os cristãos e para a

comunidade como um todo, sobre esse assunto.

– A questão da água é um tema sobre o qual nós devemos também concentrar as nossas atenções porque, em que pese os esforços que estão sendo feitos no nosso país, essa questão tem se agravado – disse.

O senador ressaltou que a Organização das Nações Unidas (ONU) tem revelado grande preocupação com o tema, e prova disso é que seu último grande evento no século 20 teve como ponto central a água. Também informou que 70% da superfície do planeta Terra é constituída de água e que, apesar disso, a parte de água doce corresponde apenas a 2,5% da massa líquida do planeta.

Maciel considerou o Brasil privilegiado por ter pelo menos 10% de seu território constituído de água doce.

ção para o valor vital da água para os seres vivos, sua importância social e a necessidade da participação popular no gerenciamento da água no Brasil – afirmou.

De acordo com Marco Maciel, a CNBB quer também ques-

Papaléo pede mais investimento em infra-estrutura para o ecoturismo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu urgência na definição de uma política para o ecoturismo no país, para combater a forma desordenada que caracteriza o setor. Para o senador, o Brasil tem uma vocação natural para o ecoturismo e deu como exemplo o Amapá, com variada biodiversidade, mas reclamou que os turistas apontam inúmeras deficiências na infra-estrutura das capitais da Região Norte,

dentre elas a limpeza, a sinalização das ruas, as informações turísticas e as atrações noturnas.

Papaléo disse que o ecoturismo e o turismo de observação, que consistem basicamente em observar a fauna e a flora, são práticas de lazer consideradas limpas, que utilizam os recursos naturais de forma equilibrada e sustentável.

Ele destacou as inúmeras possibilidades de geração de

divisas para o setor, ressaltando a imensa floresta amazônica, a Mata Atlântica, o cerrado e o Pantanal, dentre outros.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o ecoturismo no Brasil já é procurado anualmente por quase um milhão de pessoas. No estado do Amazonas, os turistas estrangeiros são maioria e a presença do turista brasileiro representa apenas 10% do total de visitantes.



EQUILÍBRIO Papaléo observa que ecoturismo pode gerar mais divisas e empregos

– Do ponto de vista mercadológico, o ecoturismo teve um bom crescimento no Brasil – afirmou.

Jucá elogia financiamento para pesca e aqüicultura

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou a atuação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República. O órgão, criado há menos de um ano, criou um programa de financiamento para pesca, chamado Pronaf Pesca. O senador considera que a secretaria está em um bom caminho para cumprir sua missão: investir na modernização da cadeia produtiva da aqüicultura e pesca, incentivar o associativismo e cooperativismo e a criação e reestruturação de indústrias de beneficiamento de pescado.

– Com a criação do Pronaf Pesca, o governo demonstra pleno conhecimento da importância que os pescadores profissionais e aqüicultores têm para a economia – afirmou.

O Pronaf Pesca pretende conseguir a inclusão social dos pescadores, uma vez que melhor aparelhamento necessariamente se reflete no aumento do volume de vendas e na remuneração dos trabalhadores. O programa financiará a compra de redes, equipamentos para embarcações, motores, produtos de infra-estrutura de armazenamento, transporte e comercialização dos pescados. Há duas modalidades de financiamento, informou: custeio com juros de 4% ao ano e investimento com juros de 1% a 4% ao ano.